

## **Feminismos do Sul Global e Relações de Poder: empoderamento e resistência na atuação de coletivos feministas no Facebook<sup>1</sup>**

Feminismos del Sur Global y Relaciones de Poder: empoderamiento y resistencia en el trabajo de colectivos feministas en Facebook

Global South Feminisms and Power Relations: empowerment and resistance in the performance of feminist collectives on Facebook

---

NATHALIA S. FONSECA<sup>2</sup>, DANILA CAL<sup>3</sup>, LORENA ESTEVES<sup>4</sup>, ELIAS SEREJO<sup>5</sup>

---

**Resumo:** Analisa-se a atuação dos coletivos Rede de Mulheres Negras (PA) e Banzeiro Feminista (AM) no Facebook para apreender as relações de poder, frente às opressões interseccionais que recaem sobre seus corpos, a partir das experiências externalizadas por

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta parcialmente resultados vinculados ao projeto de pesquisa “Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Possui ainda apoio da Capes por meio de bolsas de pesquisa.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa-UFPA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Estética e Política (Cepolis-UFPA/CNPq). Bolsista Capes. E-mail: s.nathaliafonseca@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do PPGCOM e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Uma das líderes do Grupo de Pesquisa Compoa (UFPA). E-mail: danila@ufpa.br.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM/UFPA. Integra os grupos de pesquisa Compoa (UFPA) e Observatório de Comunicação e Resistências (UFPA). E-mail: lestevess@ufpa.br.

<sup>5</sup> Bicha. Ativista do movimento LGBTQIA+. Diretor do Sindicato dos Jornalistas do Pará. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM/UFPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Compoa (UFPA). E-mail: eliasantos1001@gmail.com

sujeitas inseridas na Amazônia brasileira. Na metodologia, definimos como categorias analíticas desdobramentos das noções de poder como resistência e como empoderamento. A análise demonstrou que a configuração política das ativistas revela agenciamentos que desenham formas de empoderamento na autodefinição e resistência na confrontação às estruturas de dominação.

**Palavra-chave:** Feminismos Sul Global; Resistências; ativismos feministas.

**Resumen:** Se analiza la actuación de los colectivos Rede de Mulheres Negras (PA) y Banzeiro Feminista (AM) en Facebook para comprender las relaciones de poder, frente a las opresiones interseccionales que recaen sobre sus cuerpos, a partir de las experiencias externalizadas por sujetos insertados en la sociedad brasileña. Amazonas. En la metodología, definimos categorías analíticas como nociones de poder en desarrollo como resistencia y empoderamiento. El análisis demostró que la configuración política de los activistas revela agencias que diseñan formas de empoderamiento en la autodefinición y de resistencia frente a las estructuras de dominación.

**Palabras clave:** Feminismos del Sur Global; Resistencias; activismo feminista.

**Abstract:** The performance of the collectives Rede de Mulheres Negras (PA) and Banzeiro Feminista (AM) on Facebook is analyzed to understand power relations, in the face of intersectional oppressions that fall on their bodies, based on the experiences externalized by subjects inserted in the Brazilian Amazon. In the methodology, we define analytical categories as unfolding notions of power as resistance and empowerment. The analysis demonstrated that the activists' political configuration reveals agencies that design forms of empowerment in self-definition and resistance in confronting structures of domination.

**Keywords:** Global South Feminisms; Resistances; feminist activism.

## Introdução

Compartilhamos a premissa, defendida por Matos (2010), sobre a importância de compreendermos os feminismos a partir do Sul Global, com suas pluralidades de estruturação, horizontalidade, anticapitalismo, antirracismo e anticolonialismo. Tomamos Norte e Sul Global como construções sociopolíticas que determinam os padrões de diferença colonial. Sobre o Norte, falamos de uma tessitura de significados atravessados por modelos comportamentais de sociabilidade e de cultura, que ao se constituir

como “o Sujeito”, construiu paralelamente todo aquele que ele não se assemelha como “Outro” e, no caso das mulheres racializadas não brancas, como “o Outro do Outro” (KILOMBA, 2020).

Este artigo situa-se no rol de discussões acerca da desestabilização da hegemonia do pensamento desenvolvido pelo Norte Global ao focalizar as relações de poder (ALLEN, 1998; 1999) deslocando-se das formas de dominação que interpelam as mulheres para suas resistências e empoderamentos.

Para isso, é fundamental pensar as questões de gênero, interseccionadas a outras formas de opressão, a partir da pluralidade das mulheres da Amazônia, em contrapartida à história universal construída pelo feminismo hegemônico. Tal discurso sustenta que há uma relação de subalternização dos feminismos do Sul Global. Fazemos, portanto, o esforço de iluminar e compor análises que ousem desestabilizar as narrativas e os sujeitos construídos pela história universalizada (CURIEL, 2020; GONZALEZ, 1988; LUGONES, 2007; 2008; 2014; MOHANTY, 1988; 2003).

Em face disso, investigamos o ativismo de nossas interlocutoras como uma prática de sujeitas em comunicação (FRANÇA, 2006) – “em experiência, afetando e sendo afetados” (FRANÇA, 2006, p. 17). Sujeitas que, em suas trocas comunicativas, ocupam diversos papéis sociais e interseccionam “múltiplas identidades subjugadas” (CORRÊA, GUIMARÃES SILVA, BERNARDES; FURTADO, 2018, p. 157). Observando suas práticas comunicacionais, buscamos analisar como se manifestam as formas de resistência e empoderamento na atuação digital dos coletivos Rede de Mulheres Negras (PA) e Banzeiro Feminista (AM) no Facebook.

Esses coletivos feministas possuíam as páginas mais curtidas na mídia digital estudada entre aqueles que se situam em Belém (PA) e em Manaus (AM), no período analisado. A Rede de Mulheres Negras, que possuía, na data da coleta, 3.440 curtidas, foi fundada em 2015. É composta por 22 mulheres de 18 a 41 anos de idade e é responsável pela organização da Marcha das Mulheres Negras em Belém, realizada em 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Já o Banzeiro Feminista foi criado no ano de 2012, possuía 1.918 curtidas na data de coleta, a partir das mobilizações para realização da Marcha das Vadias. Nos debates, as integrantes buscavam compreender seus sentimentos diante das violências tematizadas e, a partir da nomeação das violências, construir

estratégias de enfrentamento. Atualmente, o coletivo Banzeiro é composto por sete integrantes, com idades entre 21 e 35 anos.

Investigamos, por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), 58 publicações no Facebook da Rede e 53 do Banzeiro. Este método foi escolhido por possibilitar desenvolver a pesquisa por meio de categorias que emergem do próprio objeto e também da literatura sobre o assunto, configurando temas descritivos que corroboram com a sistematização do modo pelo qual sua atuação é realizada.

A seguir, apresentamos as lentes analíticas que nos ajudaram a direcionar o olhar para a atuação de mulheres inseridas nesse contexto a partir das relações de poder como empoderamento e resistência. Abordamos ainda a Comunicação como um caminho teórico e prático para o tensionamento dos sentidos gerados a partir dessas relações. Na sequência, apresentamos o desenho metodológico e as categorias que balizaram a análise de conteúdo empreendida. Por fim, apresentamos os dados e as análises.

Além da relevância temática deste artigo ao analisar a atuação do Facebook de coletivos feministas situados na Amazônia, em diálogo com perspectivas do Sul Global, destacamos o potencial de contribuição metodológica ao apresentar um caminho para análise das relações de poder com foco em resistência e empoderamento.

## **Seção 1**

Reflexões a partir do Sul Global nos fornecem complexidades que se deslocam do olhar colonialista que, de acordo com Mohanty (1988), apreende as mulheres dessas localidades como um grupo homogêneo, sem especificidades. A colonialidade, como sistema de inteligibilidade, situa o sujeito ocidental como universal (SPIVAK, 2010); quem não é compreendido como parte desse sujeito possui sua fala desconsiderada e subalternizada.

À luz da sensibilidade interseccional, criticamos essa concepção universalista e compreendemos que as opressões são situadas e devem ser analisadas considerando os contextos aos quais se relacionam (COLLINS, BILGE, 2021; ALMEIDA, 2018). No caso do Sul Global, especificamente as realidades brasileira e, de modo ainda mais particular, amazônica, lócus de nossa análise, são marcadas por um histórico de colonização que forjou dicotomias hierárquicas, classificando a sociedade com base em critérios raciais, de gênero, classe, etnia, geolocalização, entre outros atravessamentos

interseccionais (AMADOR DE DEUS, 2020; GONZALEZ, 1980; CARRERA, 2020).

As opressões no Sul Global são diversas e possuem suas particularidades, como destaca Gonzalez (1988) ao explicar que o racismo na América Latina se desvela para além da segregação física, mas por meio da internalização de valores que reforçam a superioridade do colonizador, constituindo o racismo por denegação. Nesse sentido, o olhar ocidental conduz a análises simplistas que ignoram a constituição da “diferença de terceiro mundo, algo a-histórico que aparentemente oprime a maioria, senão todas, mulheres destes países” (MOHANTY, 1988, p. 63, grifo nosso).

Os apontamentos de Mohanty (1988) são cruciais para que possamos investigar a atuação digital empreendida pelos coletivos Rede e Banzeiro, uma vez que permite a percepção de que, quando autoras feministas, de modo geral, escrevem sobre as mulheres do Sul Global, o movimento teórico-metodológico normalmente é o de defini-las como sujeitas a relações de poder nas quais ocupam, fixamente, o lugar de oprimidas pelos homens, pelo capitalismo, pelo purdah, construídas, na maioria das vezes, como sexualmente limitadas, não escolarizadas, conservadoras, voltadas para o privado e passivamente vitimizadas (MOHANTY, 1988). Essa perspectiva apaga o contexto mais amplo de vivências dessas mulheres em vias de buscar uma homogeneidade sob os olhos do ocidente, o que, de fato, não existe (MOHANTY, 1988).

Os feminismos que se desenvolveram no Sul Global, entre eles, o Feminismo Decolonial evidencia que além de não sofrerem as mesmas opressões, as mulheres racializadas não brancas não atuam passivamente em face às opressões interseccionais que recaem sobre seus corpos, ao contrário, são resistentes e elaboram em suas ações inúmeras estratégias de luta (CARRERA, 2020; POTIGUARA, 2020; AMADOR DE DEUS, 2020; GONZALEZ, 1980).

Por este motivo, neste trabalho, optamos por investigar a atuação de sujeitas a partir de uma análise que busque perceber suas vivências para além das lentes de dominação recorrentemente lançadas. Para isso, mobilizamos a chave de entendimento sobre as relações de poder desenvolvida por Amy Allen (1998), que destaca dimensões analíticas fundamentais para compreensão mais aprofundada sobre as situações que envolvem as mulheres: “poder sobre”, “poder para” e “poder com”. No centro dessas definições estão, respectivamente, a dominação, a resistência/empoderamento e a

solidariedade (CAL, 2016). Neste artigo, focalizaremos, sobretudo, a dimensão do empoderamento/resistência.

Power to (poder para) representa o poder das mulheres que se manifesta a despeito das dominações e opressões e também como uma resposta a elas. Nesse contexto, Allen (1998) propõe uma distinção entre os conceitos de “empoderamento” e “resistência”. Em acordo com os desdobramentos dessa conceituação, trabalhados por Cal (2016), por empoderamento compreendemos “o desenvolvimento da própria capacidade de alcançar certos objetivos, apesar de situações de subordinação, ou, pensando no caso feminista, apesar da dominação masculina” (2016, p. 100). Resistência, por sua vez, seria a capacidade de um sujeito alcançar um ou mais objetivos com a finalidade de enfrentar situações de dominação (ALLEN, 1998).

Em relação à noção de comunicação, partimos de uma perspectiva relacional, cuja essência é olhar para interação entre sujeitos, mediada pela linguagem num determinado contexto sociocultural, num processo no qual os sujeitos se afetam mutuamente e a si mesmos, e que resulta na construção de sentidos compartilhados e, no limite, na construção do próprio mundo e da sociedade (FRANÇA, 2003). Esse constructo teórico permite que se considere que a interação entre os sujeitos pode possibilitar o questionamento do status quo ao pôr em cena sujeitas subalternizadas como ativas no comum e capazes de construir gramáticas que tematizam sua realidade, constituindo-se como sujeitas políticas. Nesse processo de afetação mútua, o comum torna-se alvo da atuação das ativistas no que diz respeito à conjuntura na qual vivem e também em suas subjetividades, o que vai em contrapartida à dominação imposta pelo Norte Global.

De modo mais empírico, a comunicação digital tem possibilitado ampliar a participação política de mulheres ativistas. Apesar das múltiplas limitações, a atuação na internet tem sido foco de uma gama de estudos que perpassam a democracia digital (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016; GOMES, 2018;), a organização de protestos presenciais (CASTELLS, 2013), a construção de redes de aprendizado coletivo como base para lutas por reconhecimento (BARGAS; MAIA, 2017), além de outras.

A interação na internet é percebida como aspecto central da atuação nesse ambiente (SILVA; COELHO; SOARES, 2018) uma vez que possibilita o agenciamento da criação de conteúdo e a legitimação do mesmo através das interações, em especial o compartilhamento, compreendido como o reforço de que aquele tema é interessante para a rede (RECUERO; 2014). Sarmiento

(2021) propõe que precisamos compreender os usos da internet por ativismos feministas como uma nova ambiência de militância, mas também como espaço mesmo de construção da atuação política dessas mulheres.

Sobre o Facebook, Depexe, Gelain, Corrêa (2017) o compreendem como meio pelo qual as ativistas têm publicizado suas experiências de violência e produzido novas formas de exercer a cidadania. A atuação feminista brasileira no Facebook tem sido compreendida como fortemente politizada, com a utilização de tons reativos e pautada em reivindicações e denúncias (MAGALHÃES; MARÔPO; AMARAL, 2018). No ambiente digital, ainda que com limitações impostas pela dimensão comercial de mídias digitais e das lógicas algorítmicas, elas podem encontrar um espaço de vocalização potente e com alcance para tematizar as questões que vêm sendo historicamente apagadas.

Nosso interesse é no próprio processo comunicativo que os grupos investigados empreendem na atuação digital, especificamente, em quais os sentidos construídos, desconstruídos e/ou atualizados na interação entre o que é apontado por elas como uma questão que precisa ser enfrentada e as gramáticas morais que a sustentam.

## **Metodologia**

Por meio do Netvizz, um aplicativo de gerenciamento de mídias próprio do Facebook (descontinuado em 2019), coletamos os dados das fanpages dos coletivos Banzeiro e Rede, publicados no período de 01/01/2015 e 31/12/2018. Selecionamos o ano de 2015 para o início da pesquisa por ser reconhecido pela literatura nacional como significativo na história do feminismo no Brasil em razão da primavera feminista – marcada pela atuação on-line e por mobilizações como #nãotiraobatomvermelho, #meuprimeiroassédio, da lei do feminicídio, da Marcha das Margaridas e da primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras (REIS; NATANSOHN, 2017; MELO, 2020). O ano de 2018 foi escolhido para encerrar a coleta de dados, por ter sido um marco de mobilização das mulheres também frente ao crescimento do conservadorismo no Brasil e, inclusive, no período eleitoral, contra o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, representante da extrema direita, por meio do movimento #EleNão! (MELO, 2020; CAL et al., 2020).

Por meio do Netvizz, os dados foram organizados com as seguintes informações de cada postagem do período coletado: o tipo, quem postou, ID,

link, o texto da postagem, imagem, domínio para o caso de compartilhamentos de vídeos ou notícias, data e hora, contagem de likes, comentários, reações e compartilhamentos e especificação das reações “amei”, “uau”, “haha”, “triste”, “raiva” e “gratidão”. Encontramos as seguintes ocorrências:

**Quadro 1:** Tipos de postagem por coletivo

<b>Tipo</b>	<b>Banheiro feminista</b>	<b>Rede de Mulheres Negras</b>
Compartilhamento de links	223	363
Notas de texto	00	02
Imagens	245	321
Status	19	34
Vídeos	116	100
Total	603	820

**Fonte:** Autoria própria

Dada a heterogeneidade das postagens e o número de publicações coletadas ao todo, optamos por trabalhar apenas com publicações referentes a compartilhamentos de links, pois na pesquisa empírica, percebemos que, entre todos os tipos de postagens, esses foram os que mais vieram atrelados a legendas que discutiam seu conteúdo. O universo de publicações desse tipo do coletivo Rede foi 363 e do Banheiro teve 223. Como o foco da pesquisa era essencialmente qualitativo, foi necessário delimitar uma amostra simples para que pudéssemos analisar de modo mais detalhado as postagens. Optamos por utilizar uma calculadora amostral, considerando 90% de nível de confiança e o máximo de 10% de erro amostral, e chegamos à quantidade de 58 publicações da Rede e 53 do Banheiro. O material analisado foi selecionado por meio de sorteio simples, portanto, de modo aleatório.

Com objetivo de orientar a análise, construímos um livro de códigos de modo dialogado com a observação flutuante da empiria. Ele foi dividido da seguinte forma: (a) Identificação do coletivo; (b) Especificações quantitativas referentes à postagem (data, tipo do link - se compartilhamento de notícias, texto de blog, postagem de outra página do Facebook, por exemplo -, reações, quantidade de compartilhamentos, se possui legenda); (c) Especificidades sobre poder como empoderamento/resistência. Para esse último, utilizamos o seguinte detalhamento:

**Quadro 2:** Detalhamento do livro de códigos – especificamente sobre poder como resistência/empoderamento

<b>Sobre a identificação de relações de poder como resistência / empoderamento</b>	<b>Sobre as faces de resistência / empoderamento</b>	<b>Tipos de empoderamento / resistência encontrados</b>



<b>Manifestação de empoderamento</b>	Auto-definição	Tematização de questões (desvelando estruturas sociais)
<b>Manifestação de resistência</b>	Subversão da denegação	Publicização de questões (de dados relativos à violência, por exemplo)
<b>Empoderamento e resistência atrelados</b>	Insubordinação a constrangimentos	Reivindicação de complexidades
	Resistência cotidiana	Visibilização de grupos socialmente oprimidos
<b>Não identificável</b>	Não identificável	

**Fonte:** Autoria própria

Ao buscar as marcas de empoderamento ou resistência, percebemos que estas se manifestam por meio de subversão e resistência a gramáticas de dominação, seja de gênero, raça, classe, entre outras. Nesse sentido, ao analisar como o empoderamento e/ou a resistência são mobilizados pelos coletivos investigados, interessa-nos compreender como se configuram discursivamente, de modo que nos permita identificar também a partir de quais situações de dominação as sujeitas os mobilizam.

Nosso primeiro movimento em relação às marcas de poder como empoderamento/resistência foi identificar se manifestam nas publicações de modo explícito, enquadrando-se em manifestação de empoderamento, resistência ou ambos. Posteriormente, buscamos compreender de que forma esse empoderamento ou esta resistência se manifestam: se por meio da auto definição, demarcando empoderamento diante da lógica de construção externa (COLLINS, 2016); da subversão da denegação, por meio da iluminação dos apagamentos históricos (GONZALEZ, 1988), reconstrução de fatos a partir de outra perspectiva ou da reivindicação de atenção para suas experiências atuais; insubordinação aos constrangimentos; e, por último, através de resistências cotidianas (SCOTT, 2011), o autor cita, por exemplo, sabotagem, relutância em realizar algumas ações, pequenos furtos, dissimulação, difamação, simulação de ignorância, dentre outras. Apesar de ele estar se referindo a outro contexto histórico e à luta de camponeses, as formulações de Scott (2011) nos inspiram a pensar essas formas mais básicas de resistência.

## **Análise das marcas de Empoderamento e Resistência**

Considerando os dois coletivos, observamos que em 61 publicações não se identificam marcas de empoderamento ou resistência, em 23 observamos

marcas de empoderamento, em 18 marcas de resistência e, em 9, marcas de empoderamento e resistência atreladas.

**Quadro 3:** marcas de relações de poder como empoderamento/resistência

<b>Marcas identificáveis</b>	<b>Número de postagens Banzeiro</b>	<b>Número de postagens Rede</b>	<b>Total</b>
<b>Não identificável</b>	30	31	61
<b>Empoderamento</b>	9	14	23
<b>Resistência</b>	10	8	18
<b>Empoderamento e resistência atrelados</b>	4	5	9
<b>Total</b>	53	58	111

**Fonte:** Autoria própria

Na atuação do Banzeiro, as marcas de empoderamento e de resistência, observadas separadamente, iluminam o equilíbrio entre empoderamento e resistência na atuação desse coletivo no Facebook, uma vez que o movimento de buscar seus objetivos individuais – empoderamento – ou o de confrontar a dominação em vias de se emancipar dela – resistência – não emergiram em hierarquia na análise. Já a variável relativa à interface entre resistência e empoderamento teve baixa incidência nas postagens, o que, apesar disso, nos permite perceber que a emancipação da dominação e a busca por objetivos, de forma conjunta, também representam pautas do Banzeiro.

Na atuação da Rede, a quantidade de publicações nas quais não era possível identificar marcas de relações de poder como empoderamento e/ou resistência mostrou-se relativamente menor do que no coletivo anterior. Considerando as que foram identificadas, a manifestação de poder como empoderamento foi preponderante nas postagens desse coletivo. Esse resultado, à luz das lentes desta pesquisa, destaca maior investimento da Rede em postagens que tematizem a busca por objetivos individuais do que na resistência e na subversão direta aos sistemas de opressão. Sobre isso, é importante notar que ao objetivar, por exemplo, a ampliação do conhecimento por meio do estudo, já que muitas postagens desse coletivo tematizam o empoderamento intelectual, as ativistas estão implicitamente resistindo ao constrangimento de suas possibilidades de acessar o sistema educacional. Portanto, destacamos que a diferença entre o empoderamento e a resistência, no caso exemplificado, materializa-se na ação de focar o empoderamento no compartilhamento de links de livros ou focar mais incisivamente na discussão da dificuldade de acesso ao ensino fomentando a subversão dessa dificuldade.

As faces de relações de poder como empoderamento e resistência se desdobram, conforme o Quadro 2, em quatro possibilidades: (1) não identificável, marcada quando não conseguimos visualizar empoderamento ou resistência na publicação; (2) autodefinição, orientada pela perspectiva teórica de Patricia Hill Collins (2016), que representa um movimento de buscar desenquadrar-se das formas de representação limitantes impostas pela dominação; (3) subversão da denegação, ou seja, da ação de construir determinadas sujeitas e determinados sujeitos como menos valorativos perante a sociedade; (4) insubordinação aos constrangimentos discutidos por Allen (1998; 1999); e (5) a resistência cotidiana, inspirada em Scott (2011), em que observamos na atuação dos coletivos em postagens que demarcam, por exemplo, a necessidade de posicionar-se diante de situações cotidianas de opressão, como não se calar diante de alguma violência ou apontar quando alguém interrompe a fala. As faces se desvelaram nas postagens da seguinte forma:

**Quadro 4:** marcas de relações de poder como empoderamento/resistência

<b>Marcas identificáveis</b>	<b>Número de postagens Banzeiro</b>	<b>Número de postagens Rede</b>	<b>Total</b>
<b>Não identificável</b>	31	29	60
<b>Autodefinição</b>	9	17	26
<b>Subversão da denegação</b>	8	8	16
<b>Insubordinação aos constrangimentos</b>	8	12	20
<b>Resistência cotidiana</b>	10	3	13
<b>Total</b>	66	69	135

**Fonte:** Autoria própria

Em relação ao Banzeiro, de modo específico, a face que mais aparece na atuação do coletivo é a da resistência cotidiana, seguida pela autodefinição e empatados com menor número de manifestações estão a insubordinação aos constrangimentos e a subversão da denegação. O destaque da resistência cotidiana indica que, na atuação do coletivo, as militantes enfatizam as relevâncias de posicionamentos que interferem em lógicas já enraizadas, como piadas de objetificação feminina ou o assédio em locais públicos.

No coletivo Rede, a face mais identificada foi a autodefinição, seguida pela insubordinação aos constrangimentos. As demais faces se manifestaram em baixa incidência. Os resultados relativos às faces de relações de poder, como empoderamento e resistência na atuação da Rede, reforçam nossa inferência de que as publicações do coletivo focam mais em empoderamento do que em

resistência. Ao priorizar a autodefinição como principal face, observamos, inspiradas em Collins (2016), que a Rede promove o empoderamento por meio da confrontação das definições externamente construídas.

Considerando os resultados de ambos os coletivos, destacamos três faces para análise mais detalhada: autodefinição, subversão da negação e resistências cotidianas.

Identificamos a autodefinição como uma face do empoderamento, observando a empiria por meio das lentes teóricas de Collins (2016), que iluminam o movimento político de confrontar o processo pelo qual o conhecimento político fomentou a construção de imagens externas e estereotipadas.

*A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto seres humanos (COLLINS, 2016, p. 103-104).*

A autodefinição emergiu em postagens que tematizavam o empoderamento construído em torno da reconstrução dos significados sobre os cabelos crespos e cacheados, como pode ser observado abaixo.

No contato com essa forma de empoderamento, também pudemos perceber o movimento de complexificar as discussões acerca do empoderamento que se dá por meio do cabelo, demarcando que não se trata apenas de uma questão estética, mas das lógicas de sentido mobilizadas como argumentos para que as mulheres negras alisem seus cabelos. Essas lógicas são forjadas pelo imaginário moderno racista, patriarcal e colonial, que associa os cabelos cacheados e crespos a sujeira, selvageria e descuido (KILOMBA, 2020). Portanto, ao ressignificar e complexificar o discurso, elas associam os cabelos à identidade ancestral, ao orgulho, à liberdade sobre seus corpos. Essa é uma estratégia de resistência, uma postura de fortalecimento contra a opressão interseccional de gênero, raça e classe.

### Imagem 1: Auto-definição



Fonte: Facebook Banzeiro Feminista

A prática da autodefinição dialoga diretamente com a subversão da denegação. No entanto, definimos esta última como a prática mais incisiva de buscar se desvencilhar dos sentidos que foram construídos sobre as bases das hierarquias sociais. Desse modo, a autodefinição refere-se a questões mais ligadas ao âmbito da individualidade, marcando um movimento que almeja o empoderamento a despeito das formas de dominação, ou seja, construir a si mesma e enfrentar as definições externas impostas ao seu corpo. Já a subversão da denegação, por mais que também possa emergir nesse âmbito, é identificada e alcançada por meio de estruturas sociais já dispostas, o que a define como uma forma de resistência, uma vez que o sistema que permite e alimenta a configuração de relações de poder é identificado e subvertido.

## Imagem 2: Padrões e sentidos em torno de cabelos crespos



Fonte: Facebook Banzeiro

A prática da autodefinição dialoga diretamente com a subversão da denegação. No entanto, definimos esta última como a prática mais incisiva de buscar se desvencilhar dos sentidos que foram construídos sobre as bases das hierarquias sociais. Desse modo, a autodefinição refere-se a questões mais ligadas ao âmbito da individualidade, marcando um movimento que almeja o empoderamento a despeito das formas de dominação, ou seja, construir a si mesma e enfrentar as definições externas impostas ao seu corpo. Já a subversão da denegação, por mais que também possa emergir nesse âmbito, é identificada e alcançada por meio de estruturas sociais já dispostas, o que a define como uma forma de resistência, uma vez que o sistema que permite e alimenta a configuração de relações de poder é identificado e subvertido.

O movimento político de se autodefinir diz respeito a um empoderamento que, apesar de não fomentar diretamente formas coletivas de enfrentamento do padrão de beleza construído, alimenta o processo de construir uma boa relação consigo, ressignificando as informações negativas apreendidas sobre si e contribuindo com a formação de um imaginário coletivo que enfrenta o padrão estabelecido. Esse movimento não necessariamente será absorvido

por seus interlocutores, que podem manter comportamentos de desvalorização da beleza negra, mas ao assumir traços culturalmente associados à cultura negra, diante da mudança de postura e maior autoconfiança, elas pautam o debate, provocam reflexão e passam a constranger essas ações.

Já a subversão da denegação, como previamente explicado, é uma forma de resistência, que, portanto, desvela dominação, marcada pela instrumentalização das próprias estruturas sociais às quais as sujeitas não tiveram acesso por meio do constrangimento de possibilidades. Nesse movimento, a resistência se dá a partir da confrontação desses constrangimentos ao adentrar essas estruturas e ocuparem lugares e papéis sociais inimagináveis pelo pensamento colonial, como pode ser observado no exemplo a seguir.

**Imagem 3: Subversão da denegação**



**Fonte:** Facebook Banzeiro

Tanto a legenda quanto o título da matéria compartilhada pelo coletivo Banzeiro seguem uma mesma linha argumentativa: expõem questões relacionadas à experiência de ser mulher trans e ao processo de se desvencilhar das lógicas de dominação ligadas a essa experiência. Percebemos esse movimento como o de subversão da denegação porque a denegação se pauta na configuração de hierarquias naturalizadas entre as sujeitas, e a subversão da denegação demarca a confrontação a essa lógica,



a ocupação dos espaços negados, a contestação dos sentidos impostos sobre esse corpo e a reivindicação das possibilidades que foram negadas.

A última face explorada nas relações de “poder para” é a resistência cotidiana. Baseamo-nos em Scott (2011), que destaca aquelas formas de resistência que não são marcadas por grandes movimentos de organização coletiva e tampouco ressoantes. Percebemos duas formas de manifestação desse tipo de resistência tanto na atuação do Banzeiro quanto na Rede. A primeira delas foi observada em postagens que demarcavam a importância do posicionamento diante de situações cotidianas de opressão, como assédio na rua ou a interrupção de sua fala. Essas postagens recorrentemente emergiram atreladas a legendas como “não se cale!”. Interpretamos essas publicações como marcadas por relações de resistência cotidiana por subverterem lógicas históricas que desvalidam, ou sequer consideram, a fala das mulheres, assim como aquelas que servem como base de desumanização que fomenta sua objetificação, como no caso dos assédios.

**Imagem 4:** empoderamento intelectual



**Fonte:** Facebook Rede de Mulheres Negras

A segunda forma identificada não pode ser enquadrada como resistência de acordo com a conceituação de Allen (1998; 1999), mas como uma forma de empoderamento marcada pela atuação silenciosa de se combater as violências e o constrangimento de possibilidades com a busca por conhecimento. Esse



“empoderamento intelectual” se manifesta nas páginas por meio do compartilhamento de cursos, palestras, livros e canais no Youtube. O exemplo acima desvela que o empoderamento intelectual pode ser buscado no ambiente do ativismo. Esse dado reflete um movimento contrário àquele defendido por Celi Pinto (2010), a saber, de que o ativismo feminista no Brasil havia se distanciado da teoria a partir da sua segunda onda.

## **Considerações finais**

Concluimos que a resistência e o empoderamento identificados na atuação dos coletivos extrapolam as definições teóricas propostas por Allen (1998), segundo as quais o empoderamento diz respeito à capacidade de ação das sujeitas, a despeito ou em subversão à dominação, e a resistência refere-se à capacidade de subverter a dominação.

Apreendemos, a partir das marcas das relações de poder, que a resistência e o empoderamento na atuação dos coletivos foram mobilizados de duas formas principais: uma relativamente simples, como o ato de se posicionar contra o assédio; e outra, mais complexa, como o empoderamento intelectual que, apesar de não ser nomeado assim por nenhum dos coletivos como resistência, também representa, a nosso ver, essa forma de poder ao confrontar o apagamento das mulheres (em especial as mulheres negras) da ciência e questionar as estruturas sociais que privilegiam o acesso de determinadas sujeitas à educação de qualidade em detrimento de outras.

A confrontação entre as faces e as marcas de poder como empoderamento/resistência desvelam, na atuação do Banzeiro, que o empoderamento se desdobra em ordem decrescente, em autodefinição, resistência cotidiana e subversão da denegação. Ou seja, parte de um movimento de abrangência individual, de caráter subjetivo que demanda um olhar para si e sua autodefinição, para, então, confrontar as opressões cotidianas e resistir ao silenciamento e apagamento. Já a resistência apresenta-se interligada às faces de resistência cotidiana, insubordinação aos constrangimentos e subversão da denegação, mais ligada à ação de reagir, consequência do tensionamento, da subjetividade que questiona o lugar imposto da opressão e subverte essa relação, portanto, vai além do caráter individual e se localiza na reflexividade, envolvendo a ação e a afetação do outro.

A análise da atuação da Rede desvela que as publicações que partem de marcas de empoderamento apresentam faces de autodefinição, subversão da denegação e insubordinação aos constrangimentos, em consonância com a atuação do Banzeiro com relação à autodefinição como ponto de partida, o que sinaliza que, em ambos os coletivos, essa é uma face primordial que demarca as configurações das ativistas como sujeitas políticas. Apesar de compreendermos que a autodefinição parte do lugar da subjetividade individual, não quer dizer que não seja afetada ou não afete o coletivo, pelo contrário, o conjunto das subjetividades forma a atuação coletiva, num ato de reflexividade, por meio do qual uma afeta a outra que afeta uma.

Em ambos os coletivos, a resistência aparece desdobrada em insubordinação aos constrangimentos e resistência cotidiana, em ações ligadas às experiências de confrontação de opressões identificadas e reproduzidas por estruturas sociais já dispostas, institucionalizadas ou não. A resistência, apesar de ser evidenciada majoritariamente por meio dessas duas faces, pode se apresentar de inúmeras outras formas, assim como o empoderamento.

Observamos que o Facebook e, por corolário, as mídias digitais de modo mais amplo podem se apresentar como ambiente de estímulo à manifestação da resistência e do empoderamento. O discurso hegemônico se apropria dessas pautas, reproduzindo uma narrativa superficial sobre empoderamento e resistência que precisa ser confrontada, criticada e subvertida, como vêm fazendo os coletivos Banzeiro e Rede, analisados neste trabalho.

## Bibliografia

ALLEN, Amy. **Rethinking power**. Hypatia, Cambridge University Press, v. 13, n. 1, 1998, p. 21-40.

ALLEN, Amy. **The power of feminist theory**. London: Routledge, 1999.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2020.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Quilombolas no WhatsApp: o papel do aprendizado coletivo nas lutas por reconhecimento. **Comunicação, Mídia e Consumo**. Assoc. Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, v. 14, n. 41, 2017, p. 31-52.

CAL, Danila. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: Edufba/Compós, 2016.

CAL, Danila; FONSECA, Nathalia; LABOISSIERE, Luana; KAHWAGE, Nathália. Gênero e Democracia: práticas políticas e comunicativas de mulheres amazônidas no protesto #EleNão. **Compólitica**, UNB, Brasília, v.10, n.2, 2020, p. 7-42.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 18 dez. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, UNB, Brasília, v. 31, 2016, p. 99-127.

CORRÊA, Laura Guimarães; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; BERNARDES, Mayra; FURTADO, Lucianna. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018, p. 147-169.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Ed.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

DEPEXE, Sandra; GELAIN, Gabriela; CORRÊA, Luiza. #primeiroassédio: quando a tela da TV é só o começo. **Fronteiras-estudos midiáticos**, UNISINOS, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2017, p. 277-286.

FRANÇA, Vera Veiga. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras**, UNISINOS, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2003, p. 49-155.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 153-174.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital**: História, problemas e temas. São Paulo, Edições Sesc, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 92/93, 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil". **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, v. 4, 1980.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, 2008, p. 57-73.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, Indiana University Press, v. 22, n. 1, 2007, p. 186-209.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

MAGALHÃES, Mara; MARÔPO, Lidia; AMARAL, Inês. Ativismo feminista no Facebook: uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). **Mediapolis-Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Coimbra, n. 7, 2018, p. 31-46.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, v. 18, 2010, p. 67-92.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, v. 28, n.28(3), 2020, p. 1-16.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist review**, <https://doi.org/10.1057/fr.1988.42>, v. 30, n. 1, 1988, p. 61-88.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro, Global Editora, 2020.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, UNISINOS, Porto Alegre, v. 28, n. 68, 2014, p. 114-124.

REIS, Josemira; NATANSOHN, Graciela. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade**: comunicação, cultura e mídia, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130.

SARMENTO, Rayza. Ativismo Feminista Online. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, UFPel, Pelotas, v. 7, n. 1, 2021, p. 19-37.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**, UNB, Brasília, 2011, p. 217-243.

SILVA, Bárbara; COELHO, Karoline; SOARES, Rita. Ciberfeminismo: uma análise da campanha # não mereço ser estuprada. **Puçá**: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, Estácio FAP, Belém, v. 4, n. 1, 2018, p. 130-152.

SILVA, Sivaldo Pereira da; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes**. 1ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, v. 1, 2016, p. 17-37.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 05-10-2022

Aceito em: 16-05-2023